

II Côa Symposium

A gestão e conservação
de sítios com Arte Rupestre

Coordenação:

Andrea Martins, Thierry Aubry, Luís Luís, César Neves, André Tomás Santos

Museu do Côa

3 e 4 Dezembro 2021

Ficha Técnica

Título

II Côa Symposium. A gestão e conservação de sítios com Arte Rupestre

Ano de Edição

2025

Edição

**Associação dos Arqueólogos Portugueses e Fundação Côa Parque
Lisboa e Vila Nova de Foz Côa**

Coordenação

Andrea Martins, Thierry Aubry, Luís Luís, César Neves, André Tomás Santos

Design

Paulo Freitas

Imagem de Capa

António Fernando Barbosa, Museu do Côa

Impressão

AGIR – Produções Gráficas

Tiragem:

300 exemplares

ISBN

978-989-35672-4-1

Depósito legal

555046/25

Os artigos publicados neste volume são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

O II Côa Symposium contou com o apoio das seguintes entidades
a quem muito se agradece:



Índice

- Prefácios
- 6 João Paulo Sousa, Presidente do Conselho Diretivo da Fundação Côa Parque
- 7 José Morais Arnaud, Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses
- 8 ***In Memoriam* de Andrea Martins**
- II Côa Symposium – Trabalhos apresentados**
- 17 **Introdução**
Thierry Aubry, André Tomás Santos, Luís Luís, César Neves
- 22 **La compleja gestión de un bien seriado: el Arte Rupestre del Arco Mediterráneo en la Península Ibérica**
Miguel San Nicolás del Toro
- 44 **Coa's story continues to the Bangudae valley**
Sangmog Lee
- 54 **El proyecto First Art. Evolución y desarrollo de una metodología integral para el estudio del arte rupestre**
Hipolito Collado, Sara Garcês, Nelson A.C. Almeida, Carlos Carpetudo, Hugo Gomes, Virginia Lattao, George Nash, Pierluigi Rosina, Carmela Vaccaro, Qingfeng Shao, Matthias Meyer, Alba Bossoms Mesa, José Julio García, Diego Salvador Fernandez, Hugo Mira Perales

- 72** **Gestión del enclave arqueológico de Siega Verde, Salamanca**
Jesús María del Val Recio
- 84** **Arte rupestre de Tocantins-Brasil: ações de conservação e inclusão social**
Maria Conceição Soares Meneses Lage, Benedito Batista Farias Filho, Welington Lage
- 98** **Nouvelle approche pour la gestion du patrimoine archéologique de l'Immidir**
Salah Amokrane
- 112** **Cantabria Cave Art Conservation**
Roberto Ontañón-Peredo
- 124** **Reflexões sobre a preservação da arte rupestre: conservação ou gestão?**
Fernando Carrera Ramírez
- 138** **Petroglifos vulnerables: hacia una gestión preventiva de los paisajes rupestres en Galicia**
Jose Manuel Rey García
- 156** **A conservação dos sítios com pinturas rupestres do pós-glaciar no Vale do Côa: da complexidade dos processos à definição metodológica**
Vera Moreira Caetano, Fernando Carrera, Lara Bacelar Alves, António Batarda Fernandes, Teresa Rivas, José Santiago Pozo-Antonio
- 178** **Novas vidas para arte (muito) antiga: opções futuras na conservação da Arte do Coa**
António Batarda Fernandes
- 194** **A “Estratégia Cassandra”: uma resposta aos desafios actuais da conservação da arte rupestre do Côa assente em IDI**
Miguel Almeida, Thierry Aubry, Nuno Ramos, Sílvia Aires, Luís Luís, André Santos, Manuel Sá, Marcelo Silvestre

O II CÔa Symposium pincelou, mais uma vez, no tempo atemporal o paradigma do desenvolvimento intelectual emergente e prático da humanidade no vale do CÔa. As manifestações artísticas da Humanidade devem ser e foram vertidas numa apresentação diversificada de resultados de investigação e preservação, sendo desenvolvidas no âmbito da conservação e valorização em alguns dos principais núcleos de arte pré-histórica do vale do CÔa.

Dar continuidade, crescer, planejar e valorizar. Estes pressupostos assentam numa padronização cronológica dos sítios e dos motivos existentes. O CÔa é como que a simbiose perfeita entre o resultado de talentos e o pulsar de corações com vínculo ao território, não se apresentando por isso refém de formas antípodas e avultas.

A CÔa Parque – Fundação para a salvaguarda e valorização do Vale do CÔa, tem sido e continuará a ser o baú, em que revirado, é quase como entrar numa máquina capaz de voltar no tempo. Tarefa árdua a decisão do que deve continuar lá e o que já não faz falta.

Hoje, há mais um compromisso que devemos assumir: o da sustentabilidade ambiental. No alinhamento da agenda 2030, dos objetivos e das suas metas, definimos e priorizamos uma visão extremamente ambiciosa e transformadora para o CÔa. O compromisso com habitats humanos seguros, resilientes e sustentáveis. Um CÔa em harmonia com a natureza e em que a vida selvagem e outras espécies vivas sejam protegidas.

Um território enquadrado, onde o crescimento económico sustentado, inclusivo e coeso, seja «provocado» pelo desenvolvimento e pela aplicação de uma tecnologia sensíveis ao clima, e que respeite a biodiversidade.

A conturbada polémica de 1995, a revelação, as fragas insculturadas do vale, são memórias vivas e primeiros contribuintes do espaço cultural do país.

De que falam as gravuras, seja através de projetos inovadores (First Art), seja em locais longínquos como Bangudae (Coreia do Sul), Tocantins (Brasil), ou em Immidir na Argélia? O não retorno do CÔa aborda um misterioso dizer, um enigma. A arte do CÔa, apoderou-se de um vazio valorativo comunicante ímpar, de uma arte ancestral fundida emocionalmente numa arte contemporânea.

As gravuras rupestres do vale do CÔa continuam a não saber nadar, neste II CÔa Symposium. Assim foi, e assim será a opção, a casa do lugar-comum e da exceção.

João Paulo Sousa

Presidente do Conselho Diretivo da Fundação CÔa Parque

No *I Côa Symposium*, realizado em 2018, foram apresentados os resultados dos mais recentes trabalhos desenvolvidos pelos investigadores afectos à Fundação Côa Parque, bem como por muitos outros especialistas em Arte Pré-Histórica que, há cerca de 30 anos, apoiaram activamente os seus colegas portugueses na longa e difícil batalha pela salvaguarda das gravuras do Côa face à ameaça de destruição pela construção de uma barragem que submergeria um troço com mais de 17km do vale do Côa.

Neste *II Côa Symposium* apresentam-se sobretudo os resultados de investigações desenvolvidas no âmbito da conservação e valorização de alguns dos principais núcleos de arte pré-histórica existentes nas mais variadas áreas do mundo. Com efeito, a problemática da conservação e valorização das mais antigas manifestações artísticas da Humanidade é a preocupação central dos investigadores neste domínio, dada a sua extrema fragilidade e a dificuldade em as proteger da ação dos agentes naturais e dos seres humanos. Essa problemática resulta em grande parte do paradoxo entre a necessidade de registar e divulgar a sua existência e os riscos resultantes da sua divulgação, sem o devido enquadramento, sobretudo tendo em consideração que essas manifestações artísticas se localizam em suportes rochosos em constante transformação, como no caso da maior parte da Arte do Côa, dispersa por centenas de rochas, expostas à ação destruidora dos elementos naturais e antrópicos. Daí a extrema importância de se partilharem as experiências desenvolvidas por investigadores de todo o mundo, tendo, porém, plena consciência de que cada núcleo de arte rupestre tem a sua especificidade, resultante do contexto geomorfológico, da natureza do suporte e das técnicas de gravação ou pintura adoptadas pelos seus autores.

Neste volume publicam-se interessantes trabalhos sobre a problemática da arte rupestre de áreas tão longínquas como Bangudae, na Coreia do Sul, onde o exemplo de Foz Côa abriu perspectivas para o salvamento de um complexo de gravuras rupestres submerso por uma barragem, há mais de trinta anos, ou Tocantins, no Brasil, com a apresentação dos resultados dos trabalhos de conservação realizados nos últimos trinta anos em mais de uma centena de sítios, em estreita cooperação com as comunidades locais. Outro exemplo mais recente de gestão sustentável da arte rupestre, em colaboração com as populações Tuaregues foi realizado em Immidir, na Argélia.

Publicam-se também diversos trabalhos sobre a gestão dos principais núcleos de arte rupestre da Península Ibérica, muito próximos, como Siega Verde, que beneficiou naturalmente da estreita relação com a Fundação Côa-Parque, ou mais distantes, como a Galiza, a Cantábria, ou o “Arco Mediterrânico”, cujas experiências de gestão são partilhadas, com especial ênfase na conservação e na participação das comunidades locais.

Este volume inclui ainda a apresentação do projecto First Art, que integra investigadores portugueses e de diversas nacionalidades, e pretende apresentar uma metodologia de trabalho inovadora, focada na documentação, datação e contextualização da arte rupestre, de todas as cronologias.

A parte final é inteiramente dedicada à Arte do Côa, incluindo trabalhos sobre a conservação dos sítios com gravuras e pinturas rupestres, baseados em experiências recentes, culminando com a apresentação da “Estratégia Cassandra”, por parte da equipa de investigadores da Fundação Côa Parque que, tendo em consideração a extrema importância e fragilidade deste património, propõe a implementação de um sistema de monitorização contínua do território, numa perspectiva da conservação preventiva, e o reforço das competências internas da Fundação e dos laços de cooperação com outras entidades do sistema científico e tecnológico, pois a investigação científica deverá continuar a ser a marca distintiva do projecto Côa.

Este volume, dedicado à memória de Andrea Martins, que enquanto membro da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, sempre defendeu uma estreita ligação e um apoio à investigação e à divulgação da Arte do Côa, constitui uma importante contribuição para a discussão da problemática da investigação e conservação da arte rupestre, no contexto peninsular e mundial.

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

in Memoriam de Andrea Martins



Podia falar do que a Arqueologia fica a perder com a tua partida. Do que o estudo da Arte Rupestre fica a perder com a tua partida. Do teu magnífico trajecto académico, de investigação, e divulgação do património arqueológico. Podia falar da genica e força que o teu contributo trouxe para a Associação dos Arqueólogos Portugueses, para o retomar dos trabalhos em VNSP¹. Do teu eterno entusiasmo na organização de congressos, exposições, etc, etc. Podia falar do quanto fácil foi para mim seres tu a estudar a arte rupestre da Lapa dos Coelhos. E motivo de orgulho. Podia falar das inúmeras vezes que estiveste a apoiar os meus trabalhos. Como naquelas noites no Lagar Velho, depois de um dia inteiro de Chitas... Podia falar como foi bom ter-te de volta aos Coelhos, quando em 2010, antes da minha mudança de hemisférios, tentamos contextualizar a arte da Lapa. Podia falar de tanta coisa... Mas neste momento só te quero dizer que és, foste, e serás sempre um dos seres humanos mais bonitos que conheci, e de quem tive o privilégio de ser amigo. Segue em paz, querida Andrea Martins.

Francisco Almeida

Archex – Archaeological Excavations Pty Ltd., Victoria, Austrália

1. Vila Nova de São Pedro (nota dos editores)

In Memoriam Andrea Martins

No es fácil imaginar que una persona de mi edad escriba un *in memoriam* para alguien tan joven y con tanta vida por delante como Andrea. Su muerte me sorprendió enormemente. Pocos días antes había compartido con ella sesudas reflexiones y muchas risas en el Congreso de los 50 años del descubrimiento de los grabados del Tajo. Ella estaba emocionada de su papel de tutora con jóvenes en formación y justo hablábamos de la oportunidad que suponía compartir ilusiones y dirigir esfuerzos.

Andrea se formó en la Universidad de Faro con el director de su tesis, António Faustino Carvalho y se integró en UNIARQ de la mano de Mariana Diniz. Su trayectoria de casi veinte años en la arqueología portuguesa la situó en el foco público con la obtención del premio a la mejor Tesis doctoral concedido por la Associação dos Arqueólogos Portugueses. Defendida en la Universidade de Faro, *A pintura rupestre do centro de Portugal: antropização simbólica da paisagem pelas primeiras sociedades agro-pastoris*, marca con su título la intención de renovar el conocimiento de estas imágenes en el contexto teórico de la arqueología del paisaje y de la arqueología del arte prehistórico. Desde entonces hasta su fallecimiento, sus publicaciones la han consolidado como especialista en arte esquemático.

En los últimos años he pensado en muchas ocasiones que las colegas portuguesas están liderando el conocimiento científico de las representaciones gráficas. He tenido oportunidad de colaborar, trabajar y reflexionar con muchas de ellas, María de Jesús, Joana, Sofia, Helena, Leonor, Ana Catarina, Mariana, Lara, Cristina.... No querría dejarme a ninguna de las que he tratado más directamente. Sus cualidades son indiscutibles generando una fuerza imparable que se observa en los sitios intervenidos y en los excelentes resultados obtenidos.

Andrea reunía toda esa fuerza de acción con una enorme simpatía y la ilusión que transmitía. La manera de involucrarse en la Asociación dos Arqueólogos Portugueses es uno de los mejores ejemplos de su carácter y tenacidad. Impregnó la Asociación y sus actividades de su espíritu activo y aportó un grano de arena muy grande a una renovada forma de participar en ella.

Tuve la ocasión de impartir una conferencia en su sede con motivo de la exposición *Idolos. Olhares milenares* en Lisboa, 2021. Allí Andrea nos explicó los trabajos que estaba haciendo junto con otros colegas sobre las figuritas de Vila Nova de São Pedro, parte de cuyos resultados se publicaron en el libro que editamos y en la Guía de la exposición. Ella participaba, además, en la retoma de las excavaciones de un sitio clásico de “revisita” fundamental para la arqueología portuguesa.

Formaba parte del magnífico equipo del Cõa, cuyos trabajos han consolidado datos científicos sobre la antigüedad del arte paleolítico al aire libre y con el que hemos tenido la oportunidad de compartir el estudio de sus fases finiglaciares. La historia heroica del Cõa ha dejado su impronta en sus equipos de investigadores e investigadoras que han conseguido, mediante proyectos bien enfocados, demostrar dónde se puede llegar cuando se practica una arqueología del arte prehistórico con datos de calidad. Andrea colaboraba con Lara y el resto de los colegas de Cõa Landcraft en la documentación de los novedosos sitios pintados de Lapas Cabreiras y su entorno, que en la actualidad están en fase de finalización de su estudio.

Imaginar cuantos trabajos podría haber finalizado, cuántas personas podría haber tutorizado, cuanto podría haber aportado a la difusión del patrimonio de su país, duele. Es demoledor que cuando su carrera se asentaba y su entorno personal crecía en felicidad, la vida le quitase la oportunidad de disfrutarlo. Son estas las pérdidas que nos recuerdan que somos criaturas sometidas a una naturaleza exenta de sentimientos.

Primitiva Bueno Ramírez

Catedrática de Prehistoria – Universidad de Alcalá (Madrid)

Andrea Martins e “A pintura rupestre do centro de Portugal.”

Já conhecia a qualidade do trabalho da Andrea a partir dos seus estudos sobre a Chã da Rapada, em Ponte da Barca, e sobretudo sobre o Abrigo I do Lapedo e a Lapa dos Coelhos, no Maciço Calcário Estremenho, e durante o estudo de impacte ambiental do projeto de *Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Côa*, de que fui um dos consultores científicos. Assim, quando se dirigiu a mim em junho de 2007 para que fosse seu orientador na tese de doutoramento – com um plano de trabalhos que queria desenvolver na Universidade do Algarve – foi, pois, com muito gosto que imediatamente aceitei essa sua manifestação de intenções.

A ideia inicial que me foi apresentada pela Andrea era a de um ensaio comparativo entre os abrigos pintados da Faia e de Arronches, o que me pareceu sumamente interessante desde logo porque iria permitir uma primeira contextualização, que então faltava aprofundar, da notável arte esquemática daquele sector do Rio Côa, que eu tão bem conhecia desde os meus trabalhos no Parque Arqueológico do Vale do Côa. O registo da tese de doutoramento nos serviços académicos da Universidade do Algarve, ainda sob o título – que depois se viria a revelar provisório – de “*Os abrigos pintados da Faia (Vale do Côa) e de Arronches (Serra dos Louçães): mundo simbólico e antropização da paisagem*”, teve lugar a 2 de novembro daquele ano, e contava já também, por sugestão da minha parte que a Andrea rapidamente aceitara, com a coorientação do professor Mauro Hernández Pérez, um colega da Universidade de Alicante que poderia dar, como deu, importantes contributos no decorrer da sua elaboração nos anos seguintes.

A tese, como sabemos, acabaria por abarcar um conjunto de realidades mais amplas geograficamente e mais diversificadas quanto às suas expressões iconográficas e contexto arqueológico, o que levou à necessária subdivisão deste território em quatro unidades de análise mais circunscritas (ou “grupos”, como a Andrea as intitulou) – a Serra de São Mamede, o Maciço Calcário Estremenho, os afluentes do Tejo e o Médio Côa – e onde se incluíram os abrigos pintados de Ribeiro das Casas (Almeida), Segura (Idanha-a-Nova), Pego da Rainha (Mação), Lapedo (Leiria), Lapa dos Coelhos (Torres Novas), Lapa dos Louçães, Igreja dos Mouros e Pinho Monteiro (Arronches). Este manancial de informação fundamentaria assim uma proposta de periodização própria e suscitaria um conjunto de interpretações quanto aos significados destas manifestações e à reconstituição dos modelos conceptuais das sociedades agropastoris que as produziram, e não apenas um “mero” exercício comparativo e de integração. Tudo isto obrigou naturalmente a uma necessária alteração formal do título definitivo da tese, mais adequado a esta nova realidade da investigação, para “*A pintura rupestre do centro de Portugal. Antropização simbólica da paisagem pelas primeiras sociedades agropastoris*”, com que se apresentaria a provas públicas a 22 de setembro de 2014.

Ainda hoje, dez anos passados daquele dia, mantenho a opinião que desde cedo construí acerca da tese da Andrea, e na qual me continuo a rever. Transcrevo o que tive então oportunidade de dizer na minha intervenção naquelas provas: “há dois aspetos que fazem [desta tese] um trabalho inquestionavelmente muito sólido: em primeiro lugar, a notável qualidade gráfica dos levantamentos e o rigor e detalhe empregues na sua descrição; e, em segundo lugar, o facto de as interpretações aqui avançadas nunca terem perdido de vista os próprios dados de terreno – ou, dito de outra forma, não encontramos neste trabalho as divagações fáceis que esta temática particular da arte rupestre por vezes propicia, com considerações assentes em paralelos iconográficos distantes no tempo e no espaço, ou produzidos por sociedades com pouco a ver com as que são aqui estudadas.”

Acrescentei que esta investigação “merece, portanto, uma publicação própria a submeter a uma boa revista com impacto internacional. Fica aqui o desafio”, o que não

viria a acontecer, mas que a Associação dos Arqueólogos Portugueses, partilhando da minha opinião sem o saber, em boa hora viria a reconhecer através da atribuição do *Prémio Eduardo da Cunha Serrão*, em 2015, no que se constituiu assim também como a primeira obra galardoada com este prémio. Com o prémio, procedeu a Associação também à publicação, no número 3 da série *Monografias AAP*, de um resumo desenvolvido da tese, em português e inglês, acompanhado de uma seleção de bibliografia e de ilustrações, assim como do texto e das imagens originais em CD-ROM anexo.

Tanto quanto seja do meu conhecimento, não houve até ao presente momento outro trabalho de escala geográfica similar sobre a arte rupestre pós-paleolítica do centro de Portugal, apesar de numerosos estudos mais recentes. Não houve também outra dissertação de doutoramento sobre arte pré-histórica na Universidade do Algarve. Isto significa que, num plano e noutro, a tese da Andrea continua ainda hoje a estabelecer, respetivamente, a base de partida e o patamar mínimo de qualidade exigível a futuros trabalhos de investigação sobre a área geográfica e o tema em questão.

Com o encerramento desta etapa da sua carreira, a Andrea, como sabemos, não deu por encerrada – nem poderia dar, não lhe estava no espírito! – a sua investigação sobre a arte pré-histórica do nosso território; pelo contrário, perseverou no estudo daqueles grupos de abrigos pintados, como se pôde muito recentemente ler num seu artigo sobre “a arte das comunidades agropastoris”, publicado numa revista de divulgação científica. Mas quiseram as leis da natureza que regem a nossa vida que a Andrea nos fosse subtraída tão abrupta quanto precocemente, e interrompesse outros trabalhos que teria em mãos.

Recordo aqui a belíssima epígrafe da tese, “*Às mulheres e homens pré-históricos, que nos deixaram o pensamento marcado na rocha*”, para me apropriar desta imagem e convidar a que se releia e reflita sobre o pensamento que a Andrea ali deixou marcado.

António Faustino Carvalho

CEAACP – Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património | Pólo UAAlg,
ICArEHB - Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve



Andrea Martins no dia das suas provas de doutoramento (Universidade do Algarve, 22 de setembro de 2014), entre os elementos do júri (da esquerda para a direita): Luiz Oosterbeek, Julián Martínez García, Mauro Hernández Pérez, António Faustino Carvalho e Nuno Bicho (fotografia J. M. Arnaud, cedida por C. Neves).

Recordo-me vivamente de quando conheci pessoalmente a Andrea. Foi no dia 30 de julho de 2010, quando se inaugurou o Museu do Côa. Tratou-se de um dia especial para a arqueologia ibérica e sobretudo para a sua arte rupestre. E a Andrea, dedicada como era a essas duas causas não quis deixar de estar presente. Embora esse dia acabe por ficar na minha memória associado a algumas más recordações decorrentes da ingratidão de alguns oportunistas, também é pontilhado por outras que evocam o elevado valor da amizade. Nesse dia revi amigos de há muitos anos, fiz novos amigos como a Andrea e, entre todos e ainda com aqueles com quem então partilhava o quotidiano laboral, festejámos à nossa maneira este importante momento da arqueologia ibérica.

O meu primeiro contacto com a Andrea foi, assim, apadrinhado pela arte rupestre do Côa. E, como que em agradecimento, a estas imagens pré-históricas dedicámos ambos uma parte do nosso trabalho, algumas vezes em conjunto. Entre esse trabalho em conjunto, destaco a organização e edição das atas dos Côa *Symposia*. Estas que o leitor tem nas mãos têm ainda o contributo da Andrea, que a elas se dedicou com a disciplina costumeira, apenas brevemente suspensa pelo nascimento da sua amada Flor, que eu acabei por conhecer no último dia que vi a sua mãe.

O trabalho da Andrea em torno da arte rupestre, embora brutalmente interrompido pela sua triste partida, acabou por ser reconhecido pelos seus imensos contributos, sobretudo no que toca à arte esquemática pintada peninsular e, mais recentemente, à história da investigação da arte rupestre no país, tema a que se vinha dedicando mais recentemente. O rigor do seu trabalho e as suas qualidades humanas vinham a par, este aspeto explicando a expetável, mas não menos emocionalmente carregada por isso, homenagem que vários participantes lhe prestaram no VIII Congresso “*El arte de las Sociedades Prehistóricas*”, realizado em Salamanca entre 6 e 10 de novembro de 2024. Não foram palavras de ocasião, mas antes expressão de merecido reconhecimento e do sentimento de perda que a sua partida gerou entre a comunidade dos “rupestristas” ibéricos. Eloquentemente testemunho disso é o facto do livro resultante desse congresso ter sido dedicado à memória da Andrea e de outro colega falecido uns dias antes (Miguel Fano Martínez)¹.

Mas a vida da Andrea levou-a, nos últimos anos, por outros espaços da minha “geografia sentimental”, designadamente por Vila Nova de S. Pedro, monumento emblemático da Pré-história europeia localizado no meu concelho e primeiro sítio arqueológico sobre o qual realizei um trabalho... Aos 13-14 anos, com um outro colega, também ele arqueólogo (João Nuno Marques), para a disciplina de Desenho. E se agora refiro esta memória, tal deve-se apenas à Andrea ter visto esse episódio como mais um elemento para algo que lhe dizia muito: a relação das comunidades locais com o sítio de Vila Nova de São Pedro. E pude testemunhar a forma sentida como vivia isso, nomeadamente no âmbito de um dos eventos que ela e os restantes colegas do projeto VNSP 3000 organizaram em 2019: uma visita guiada ao sítio, seguida de um almoço “calcolítico”. Nessa visita, como em outras, estavam pessoas que ali trabalharam em campanhas arqueológicas anteriores às do projeto e vi como era importante para elas o reconhecimento do valor da sua experiência ali, observei “em direto” o reforço (ou o relembrar) de relações entre comunidades humanas e um sítio para elas especial, uma experiência que é tantas vezes evocada em textos de arqueologia quando se fala das comunidades pretéritas, mas poucas vezes lembrado quando se tratam das atuais...

Se para a Andrea (e para os restantes membros do projeto VNSP 3000), essas comunidades pretéritas não deixaram de estar no horizonte da sua perscrutação – como é disso testemunho os dois importantes volumes que acabam de sair sobre o sítio – a verdade é que as atuais nunca foram alienadas do seu pensar e agir no sítio.

1. GARCÍA-BUSTOS, Miguel & RIVERO VILÁ, Olivia, eds. (2024), *Arte, simbolismo, interpretaciones y métodos*. Salamanca: Universidad de Salamanca.

E quão gratificante foi durante esse almoço, e mais provavelmente agora na minha lembrança, perceber que era a um diálogo que eu assistia e não a um mais usual monólogo paternalista, debitado do alto de uma cátedra, sobre um sítio que, dizendo a cada pessoa coisas diferentes, a todos se dirige sem distinção.

Como arqueólogo, como estudioso de imagens pré-históricas, como cidadão crescido no concelho de Azambuja, sentir-me-ia em grave falta se não o escrevesse:

Obrigado por tudo, querida Andrea.

André Tomás Santos

CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Faculdade de Letras,
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Universidade de Coimbra.

II Côa
Symposium
Trabalhos
apresentados

Novas vidas para arte (muito) antiga: opções futuras na conservação da Arte do Côa

António Batarda Fernandes

Chefe da Divisão do Património Cultural, CCDR-LVT. Investigador Agregado no Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Universidades de Coimbra e do Algarve. E-mail: batarda@hotmail.com.

Resumo: Trinta anos após a descoberta na Canada do Inferno dos primeiros motivos identificados do complexo de arte rupestre pré-histórica do Vale do Côa, e cerca de vinte após terem sido implementadas as primeiras experiências-piloto em afloramentos xistosos com problemas de conservação semelhantes às rochas gravadas do vale, considera-se esta uma ocasião apropriada para realizar um ponto de situação sobre a conservação deste conjunto artístico. Este será o momento para avaliar a forma como as intervenções realizadas evoluíram no meio-ambiente global do laboratório ‘vivo’ que é o Vale do Côa, dando nota de como se adaptaram ao substrato rochoso que pretenderam consolidar e hoje subsiste. Tal análise poderá constituir o ponto de partida para debater os caminhos futuros no que se refere à conservação física dos suportes rochosos da Arte do Côa. Esse debate terá de considerar questões técnicas, deontológicas, mas também de responsabilidade, no âmbito da chamada *res publica*, pelas decisões que terão de ser tomadas relativamente às intervenções a implementar no objeto de arte a conservar. Para tal far-se-á um breve historial da questão e discutir-se-ão as experiências realizadas, de forma a apresentar conclusões que possam fornecer recomendações para atuação futura.

Palavras-chave: Conservação de Arte Rupestre ao ar livre; Vale do Côa.

Abstract: Thirty years after the discovery in the Canada do Inferno rock art site of the first motifs identified in the Côa Valley prehistoric rock art complex, and about twenty after the first pilot experiments were implemented in schist outcrops with conservation problems similar to the engraved rocks of the Valley, it is deemed as opportune to carry out a situation analysis on the conservation of this artistic ensemble. This will be the moment to assess how carried out interventions evolved in the global environment of the ‘living’ laboratory that is the Côa Valley, noting how they adapted to the rocky substrate that they intended to consolidate. Such an analysis will be the ideal starting point to discuss future paths regarding the physical conservation of the Côa Valley rock art. Such a debate will have to consider technical and deontological issues, but also the responsibility, within the scope of the so-called *res publica*, for the decisions that will have to be taken regarding the interventions to implement in the object to be conserved. To this end, a brief history of the matter will be presented, as will be discussed carried out experiences, aiming to present conclusions that may provide recommendations for future action.

Keywords: Open-air Rock Art Conservation; Côa Valley.

1. Introdução

A Arte Rupestre do Vale do Côa é o bem arqueológico mais relevante existente no território que é hoje Portugal, como a sua classificação, singular no panorama da Arqueologia nacional, com o estatuto de Património Mundial da UNESCO evidencia. Tendo em conta a necessidade de tentar assegurar que este legado, tal como presentemente subsiste nas rochas xistosas e graníticas do Baixo Côa, é deixado como legado às gerações futuras, nas últimas três décadas têm sido realizados trabalhos que procuraram melhor caracterizar os problemas de conservação das superfícies gravadas, assim como propor metodologias de mitigação da sua deterioração física.

Tais trabalhos incluíram pesquisa acerca das intervenções conservativas que pudessem amenizar os efeitos das dinâmicas de erosão e meteorização dos suportes rochosos gravados. Assim, o autor participou, como coordenador do Programa de Conservação da Arte Rupestre do Vale do Côa, funções que desempenhou até 2011, num programa de carácter pioneiro que realizou intervenções de consolidação e estabilização em rochas-tipo¹.

1. O termo “rocha-tipo” designa as rochas sem arte rupestre, mas com dinâmicas de deterioração semelhantes às dos afloramentos que hospedam gravuras, selecionadas no Vale do Côa para nelas serem efetuadas experiências piloto de conservação.

Do trabalho e ações executadas até então apresentou-se historial em artigo de síntese (Fernandes, 2015), pelo que não se listarão aqui todas as publicações relevantes. Destaca-se, contudo, a análise conduzida no decurso da realização de doutoramento pelo autor que propôs um método, considerando-se um universo total que ultrapassa já o milhar de superfícies gravadas (Reis, 2014), para hierarquizar a necessidade de intervenção conservativa nos suportes existentes da arte rupestre, resultando numa escala de urgência de intervenção conservativa para as 40 rochas de Arte do Cõa incluídas na amostra analisada (Fernandes, 2014).

Por outro lado, por ser um projeto mais recente e de objetivos interessantes no que se refere à identificação de métodos para controlar a colonização líquénica que ocorre nos painéis de arte rupestre de forma o menos intrusiva possível, nota-se igualmente o estudo comparativo realizado no Vale do Cõa e em Siega Verde por Pozo-Antonio & alii (2021). Embora o estudo tenha concluído que os métodos presentemente disponíveis de ablação a laser são bastante menos efetivos do que a limpeza com biocidas, de impactes potencialmente mais graves para o ambiente (Pinna, 2022), julga-se fundamental prosseguir a pesquisa de modo que possam surgir protocolos, baseados no uso de laser ou não, para remover colonizações líquénicas de forma o menos impactante possível. De facto, a existência de líquenes coloca questões de conservação relevantes, mormente considerando a necessidade de considerar a sua remoção periódica, uma vez que a expansão de colónias destes organismos promove a ocultação de gravuras em rochas de arte rupestre em visita pública (para uma análise mais detalhada desta questão, ver Fernandes, 2004, 29-30).

Decorrendo em paralelo aos estudos e trabalhos de conservação já realizados, é importante realçar os esforços de documentação da arte rupestre que vêm a ser prosseguidos nas últimas três décadas, enquadrados pelo projeto global singular do Cõa. De facto, estes esforços, que se podem classificar como de preservação pelo registo, são fundamentais para assegurar que a Arte do Cõa persista para além da existência física, necessariamente finita, dos seus suportes rochosos, arquivada pois em diversos tipos de formatos, incluindo digitais. Deste esforço, dão nota diversas publicações que apresentam variados exemplos de registos gráficos e fotográficos da Arte e seu entorno e que fazem parte da vasta historiografia já produzida acerca deste extraordinário Vale. De entre essas publicações, destacam-se Zilhão (1997), Baptista (1999, 2009) ou Santos (2017). Relativamente à documentação gráfica da Arte do Cõa deve igualmente ser notado o papel fulcral do desenhador de arqueologia António Fernando Barbosa, alvo de recente homenagem aquando da sua aposentação (Correia e Santos, 2023).

2. Breve resenha histórica do Programa de Conservação da Arte Rupestre do Vale do Cõa

Neste ponto julga-se conveniente realizar breve resenha histórica, até para memória futura, de todo o processo relativo à conservação, no sentido da sua perenidade física, dos suportes da Arte Rupestre do Cõa, ultrapassada que foi, em meados da década de 1990, a questão da sua preservação *in situ*, ameaçados que estavam pela construção da cancelada barragem do Cõa. Assim, em 2000 o autor foi contratado, em regime de avença, para se dedicar, em exclusivo, à questão da conservação da Arte do Cõa. Após análise crítica do prudente sistema de visita pública implementado no Vale do Cõa (Fernandes, 2003), houve ocasião em 2004 para apresentar publicamente os princípios éticos e deontológicos a observar pelo Programa de Conservação da Arte Rupestre do Vale do Cõa, bem como os objetivos almejados alcançar

(Fernandes, 2004). Até ao final dessa década de 2010, para além da continuação da monitorização do estado de conservação dos suportes da Arte do Côa (Fernandes & *alii* 2006), como preconizada pelo supramencionado Programa, são dignas de nota as experiências piloto de conservação cuja avaliação, cerca de 20 anos após a sua implementação, constitui um dos propósitos deste escrito.

Em 2011 o autor deixa de assumir as funções de coordenação do Programa de Conservação da Arte Rupestre do Vale do Côa, uma vez que inicia funções no Parque Arqueológico do Vale do Côa/Museu do Côa (PAVC/MC) com outra tipologia por razões, nomeadamente administrativas e processuais, que aqui não se detalharão, no âmbito de celebração, na sequência de procedimento concursal, de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado com o IGESPAR, organismo que na altura tutelava o PAVC/MC. Embora tenha completado em 2013 a tese de doutoramento supra referida (Fernandes, 2014), de facto a partir de 2011, à exceção de ações pontuais de limpeza de rochas de Arte do Côa após a ocorrência de cheias (Fernandes, 2004, 28-29), o autor deixa de desempenhar no PAVC/MC, e na sua sucessora, Fundação Côa Parque (FCP), funções ligadas à conservação deste acervo artístico², passando a desenvolver a sua atividade no âmbito do Serviço Educativo da FCP, bem como da divulgação, nomeadamente em linha, da Arte do Côa (ver por exemplo Fernandes, 2018 ou Fernandes & *alii*, 2021). Tal situação prolongou-se até princípios de 2020, momento em que o autor cessou funções na FCP.

Este breve sumário deve concluir dando nota que o período compreendido entre a criação da FCP em 2011 e o processo de revitalização da Fundação encetado em meados de 2017 (Navarro, 2020) foi de estagnação de todo o projeto cultural do Côa, tendo mesmo existido sérias dificuldades de tesouraria³ que inviabilizaram a prossecução de qualquer ação, com implicações financeiras, fora do âmbito da estrita gestão corrente do PAVC/MC, como a implementação de intervenções de conservação dos afloramentos gravados do Côa.

3. Condição das rochas não gravadas intervencionadas, 20 anos depois

Aquando da realização do Simpósio que origina a presente publicação, o autor teve a ocasião de visitar (uma vez mais) as três rochas intervencionadas no decurso das experiências-piloto de conservação levadas a cabo na primeira década do presente século, bem como as rochas gravadas presentes nos seus entornos. Uma vez que noutras ocasiões já se descreveram (Fernandes, 2008a) e analisaram (Fernandes e Rodrigues 2008) as intervenções de conservação realizadas, neste ensejo far-se-á apenas uma breve atualização das avaliações já realizadas nos três casos relativamente à condição dos afloramentos intervencionados.

Nas rochas alvo de atenção nos Núcleos de Arte Rupestre da Canada do Inferno (ver Figs. 1 e 2), da Ribeira de Piscos (ver Figs. 3 e 4) e da Penascosa (ver Figs. 5 e 6)

2. Tal alteração não significou, contudo, que de forma autónoma o autor tivesse deixado de prosseguir linhas de investigação em que a conservação da arte rupestre internacional, bem como da do Coa, detivesse lugar de destaque, traduzindo-se tal no surgimento de diversas publicações como sejam, entre outras, Darvill & Fernandes (2014), Fernandes & *alii* (2017) ou Fernandes & *alii* (2023).

3. Tais dificuldades levaram mesmo à penhora do conteúdo da Loja do Museu por incumprimento da instituição com os pagamentos devidos à Segurança Social (Queirós, 2016). O decaimento da FCP foi de tal modo grave que cortes no sistema de guardaria, por motivos financeiros, resultaram num infeliz incidente de vandalismo na Ribeira de Piscos em que um "graffiti" sem valor artístico foi realizado sobre a célebre figura humana conhecida por "Homem de Piscos" existente na Rocha 2, já que aquando dessa ocorrência esse sítio de arte rupestre se encontrava sem vigilância (Andrade e Belanciano, 2017).

as intervenções de consolidação realizadas por meio de aplicação de argamassas para fechamento de fracturas ou de zonas superficiais com perda de material apresentam-se em situação estável, mantendo a sua coesão praticamente inalterada desde a aplicação. Por outro lado, o preenchimento de caixa de diáclase, que ocorreu apenas no caso da rocha intervencionada da Ribeira de Piscos, apresenta-se igualmente em boa condição, não se notando perda de material. Na Penascosa, os blocos pétreos que foram utilizados juntamente com as argamassas aplicadas para selagem de fracturas encontram-se ainda firmemente agregados à rocha. Na Canada do Inferno verificou-se que um bloco na parte superior da rocha intervencionada que se encontrava em *toppling*⁴ e que foi movimentado mecanicamente de modo a conferir maior estabilidade ao conjunto ainda se encontra na posição para que foi recuado. Verificou-se igualmente que o material aplicado com vista ao preenchimento da parte superior de uma fractura perpendicular do afloramento, testando assim forma de evitar a infiltração excessiva de água no maciço, se encontra ainda coeso.

De um modo geral, deu-se conta que a “renaturalização” dos afloramentos intervencionados se encontra plenamente em curso, sendo tal mais evidente no caso da rocha-tipo da Penascosa onde as intervenções de selagem de fracturas se apresentam cobertas de sedimento e com colonização biológica na forma de vegetação rasteira já bem avançada. Tal situação, que dificultou a observação das intervenções de conservação aí realizadas, constitui um alerta para a necessidade de se prever monitorização e manutenção de intervenções realizadas de estabilização e consolidação de rochas de arte rupestre, caso seja decidido implementar tais empreendimentos. Já a rocha-tipo da Ribeira de Piscos apresenta-se ainda com vestígios do material que recobriu as intervenções realizadas, sendo ainda que o fechamento da caixa de diáclase é ainda claramente visível, ostentando incipiente colonização por vegetação. Finalmente, as intervenções realizadas são mais claramente visíveis na rocha-tipo da Canada do Inferno, sendo de assinalar que, entretanto, uma mancha esverdeada que se observava anteriormente a cobrir o ligamento usado para selar uma das fracturas superficiais deste afloramento (Fernandes e Rodrigues, 2008, 119) desapareceu.



Figura 1: Rocha-tipo intervencionada no Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Inferno. Está assinalada a área onde o início de fractura foi coberto por três placas de xisto (ao centro na imagem), assim como o bloco em *toppling* na parte superior do afloramento que foi recuado para a posição onde ainda hoje se encontra (à direita na imagem). Foto: © António Batarda Fernandes.

4. Aplicado à conservação da Arte do Coa, *toppling* (termo de origem anglo-saxónica) designa um fenómeno natural em que porções superiores já destacadas por fracturação de um afloramento, neste caso de xisto, se deslocam para a frente, formando uma espécie de escadaria invertida (ver Fernandes, 2014, 136).

Figura 2: Outra perspectiva da rocha-tipo intervencionada na Canada do Inferno. Note-se a boa condição em que se apresentam os ligantes que foram usados para preencher fracturas do afloramento. Foto: © António Batarda Fernandes.



Figura 3: Rocha-tipo intervencionada no Núcleo de Arte Rupestre da Ribeira de Piscos. É possível observar que o preenchimento (assinalado) da caixa de diáclase ainda se encontra coeso, o processo de "renaturalização" em curso, bem como o desaparecimento progressivo da camada de recobrimento das intervenções, constituído por fragmentos de xisto local, mais escuro que o afloramento, razoavelmente granulados. Foto: © António Batarda Fernandes.





Figura 4: Outra perspetiva da rocha-tipo intervencionada na Ribeira de Piscos. Observa-se que a argamassa que preencheu a lacuna superficial tratada se encontra igualmente em boa condição. Foto: © António Batarda Fernandes.



Figura 5: Rocha-tipo intervencionada no Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa. Assinala-se uma das fraturas preenchida com diferentes argamassas. Note-se o facto de o processo de "renaturalização" ter dificultado a localização das intervenções ilustradas aqui realizadas. Foto: © António Batarda Fernandes.

Figura 6: Outra perspetiva da rocha-tipo intervencionada na Penascosa e das argamassas aplicadas para preencher fracturas existentes neste afloramento. Foto: © António Batarde Fernandes.



4. Considerações acerca da conservação futura da Arte do Côa

Nesta secção elencam-se uma série de considerações, sendo que algumas se poderão considerar como recomendações, relativamente às opções a implementar futuramente no que diz respeito à conservação da Arte do Côa. Tais considerações abarcam questões ligadas à conservação dos suportes de arte rupestre propriamente dita, mas também à preservação do seu entorno e à gestão da visitação pública.

4.1. Manutenção e monitorização de eventuais intervenções futuras

No seguimento do acima exposto relativamente às experiências piloto realizadas, há que considerar que intervenções de consolidação e/ou estabilização dos afloramentos de arte rupestre terão necessariamente de contemplar a sua monito-

rização e manutenção ulteriores. Tal consideração implica que a Fundação Cõa Parque, como entidade responsável pela gestão e conservação do património de Arte Rupestre existente no Vale do Cõa, e eventual promotora destes trabalhos, possa dispor de profissionais habilitados, no âmbito da especialidade de Conservação e Restauro para realizar essas tarefas. Tais profissionais poderão também desempenhar um papel central na execução das intervenções de consolidação e estabilização a ser contratualizadas com equipas alargadas e multidisciplinares. Em alternativa, poder-se-á considerar que a monitorização e manutenção sejam contratualizadas externamente, com a empresa especializada que efetuar eventuais intervenções futuras de conservação nas rochas de Arte Rupestre do Cõa.

4.2. Compatibilização de intervenções futuras com os motivos de Arte Rupestre do Cõa

A segunda recomendação prende-se com aquilo que é percecionado ser a necessidade de emular, no que respeita aos materiais a aplicar, em eventuais trabalhos futuros de consolidação e estabilização de rochas gravadas, os tons e texturas das superfícies pétreas a intervir. Tendo o autor já apresentado justificação mais desenvolvida para tal opção (Fernandes, 2008b, 89-10), não se tecerão observações alongadas sobre esta questão. Todavia, julga-se ser conveniente seguir esta recomendação, uma vez que os afloramentos de arte rupestre do Cõa são estruturas naturais, apenas “artificializadas”, e sobretudo tornados objetos de apreciação estética, pela inscrição de motivos gravados, ao longo de diversas épocas, mas sobretudo durante o Paleolítico Superior. Assim, julga-se que os resultados das intervenções eventualmente a desenvolver no futuro deverão ser discretos de modo a não desviar o olhar dos apreciadores daquilo que é essencial e foco dos esforços de preservação (a Arte do Cõa) para aquilo que é acessório (as intervenções de conservação/estabilização).

4.3. Implicações de eventuais intervenções para a integridade da Arte Rupestre do Cõa

Uma outra questão a considerar tem que ver com a integração de fracturas e fissuras pré-existentes ao ato de gravação, ou mesmo dos limites exteriores de superfícies rochosas, em motivos gravados, como documentado no Cõa e no vizinho sítio de arte rupestre de Siega Verde em Espanha, na arte de cronologia mais antiga em os ambos locais (Fernandes & *alii*, 2017). Nos casos em que tal sucede, e no Cõa foram identificados mais de uma dúzia de motivos apresentando tais características, atenção deve ser prestada em eventuais intervenções futuras de conservação de modo que estas não façam desaparecer tais interações entre superfície pétrea e motivo de arte rupestre. É hoje considerado que essas fracturas, fissuras e formas pré-existentes, para além de dar nota da criatividade dos nossos antepassados artistas, se tornaram parte integrante de motivos da Arte do Cõa⁵, o objeto artístico que se pretende preservar.

4.4. Remoção de construções hidráulicas obsoletas

Uma outra questão, esta já fora do campo da Conservação e Restauro propriamente dita, reside na existência de duas enscadeiras no local onde iria ser construída a abandonada barragem do Cõa, e que permaneceram como testemunhos, com influência negativa na conservação de rochas gravadas, da exitosa batalha travada pela preservação da Arte do Cõa nos idos de 1990. Como detalhado em Fernandes (2014, 189-190, 436-438; 2022), a existência destas enscadeiras, nomeadamente da de montante (ver Figura 7), juntamente com o facto do canal de desvio perfurado na

5. E, bem entendido, igualmente da Arte de Siega Verde.

margem esquerda do rio aquando do início da construção da barragem não dar vazão, devido à sua exiguidade e falta de limpeza, aos elevados caudais que normalmente caracterizam a ocorrência de enxurradas no rio Côa, faz com que várias rochas de Arte do Côa sejam periodicamente submersas, conduzindo à ocorrência de sucessivos episódios de molhagem e secagem.

Como referido na literatura especializada (ver, por exemplo, Bland e Rolls, 1998, 101), tais episódios são prejudiciais para a conservação das rochas que sofrem tais ciclos, ou seja aquelas que se situam entre o presente nível do rio, determinado pela barragem do Pocinho construída em 1984 a jusante da foz do Côa no rio Douro, e a cota máxima das cheias do Côa (cerca de 12 metros acima do presente nível do Côa), limite aliás determinado pela envergadura da ensecadeira de montante.

O cálculo mais recente a este respeito indica 57 como sendo o número de rochas sujeitas a submersão sazonal (Luís, 2018, 21). Assim, tendo ainda em conta que o *Grupo de Trabalho para a Identificação, Estudo e Planeamento da Remoção de Infraestruturas Hidráulicas Obsoletas*, criado pelo Ministério do Ambiente, propôs no seu Relatório Final a remoção das ensecadeiras do Côa (Gtiepriho, 2017), é vital para a existência continuada das rochas sujeitas às consequências nefastas da submersão sazonal, muitas das quais integram os circuitos de visita aos Núcleos de Arte Rupestre em visita pública do Vale do Côa⁶, que o motivo para tais impactes negativos desapareça. Assim, deverão ser as ensecadeiras removidas, uma vez que hoje em dia, passados que são cerca de 30 anos após a decisão de cancelar a barragem do Côa, se constituem de facto como infraestruturas hidráulicas obsoletas. Para tal, existem várias linhas de financiamento, suportadas por diversas Organizações Não Governamentais, que podem ser utilizadas para tal fim (Fernandes, 2022). Tal remoção conjugaria igualmente a preservação do património cultural com a do património natural.

Figura 7: Ensecadeira de montante vista desde a Rocha 1 da Canada do Inferno, a primeira descoberta no Vale do Coa, e uma das superfícies sujeita a submersão aquando da ocorrência de cheias no troço final do Coa, por se situar a menos de 12 metros de altura do atual leito normal do rio. Foto: © António Batarda Fernandes.



6. Refira-se afloramentos de Arte do Coa tão significativos como as Rochas 1 da Canada do Inferno e da Ribeira de Piscos, ou as Rochas 3, 4 e 5 da Penascosa.



Figura 8: Rocha 1 da Ribeira de Piscos, onde se localiza a emblemática cena dos cavalos enlaçados, após a ocorrência de cheia no início da década de 2000. Está assinalado o bloco que contém motivos gravados. Foto: © António Batarda Fernandes.

4.5. Escavação de Rochas de Arte Rupestre inéditas

Igualmente atinente, como se verá, ao explicitado no ponto anterior, recomenda-se que a pertinência de realizar escavações com o potencial de, literalmente, descobrir rochas de Arte Rupestre inéditas presentemente soterradas nos sopés das encostas que ladeiam o rio Cõa seja cuidadosamente considerada. De facto, foram recentemente escavadas e reveladas duas rochas na Penascosa que se encontravam totalmente cobertas por sedimentos (as Rochas 37 e 38, ver Aubry & *alii*, 2020a, 123-127); ainda mais recentemente, foi escavada uma rocha no Fariseu previamente apenas muito parcialmente descoberta e onde se conhecia somente um traço gravado (a Rocha 9, ver Aubry & *alii*, 2020b). Por outro lado, perspectiva-se a realização de novas escavações com o potencial de identificar mais rochas de arte rupestre inéditas (ver Almeida & *alii*, 2023, 294-295). Ora, a exposição de rochas implica que estas sofram uma alteração drástica da situação em que se encontravam, abrigadas que estavam, por se encontrarem soterradas, do intemperismo e da erosão. Tal exposição resultará inevitavelmente numa marcada aceleração das dinâmicas que conduzem à sua degradação física, sobretudo observando-se que quer as rochas mais recentemente reveladas (Aubry & *alii*, 2020a, 123-127; 2020b), quer as áreas identificadas como potencialmente contendo rochas inéditas (Almeida & *alii*, 2023, 294-295), se localizarem em áreas de fundo de vale onde as cheias referidas no ponto precedente ocorrem de forma recorrente. Tal resultará em que quer rochas recentemente escavadas, quer as que possam vir a ser ainda reveladas no decurso de novas escavações, fiquem submersas aquando da ocorrência de cheias, podendo sofrer ainda sucessivos episódios de molhagem e secagem, como já referido.

4.6. Visita pública aos Sítios de Arte Rupestre do Parque Arqueológico Vale do Côa

Finalmente, julga-se prudente manter, no essencial, o sistema de visita aos Sítios de Arte Rupestre implementado logo na abertura do Parque Arqueológico Vale do Côa, com vigilantes sempre presentes durante as visitas (ver Fernandes 2003). Tal sistema permite oferecer uma experiência de visita autêntica e única (ibidem), continuando a evitar o excesso de visitação dos sítios, o que é de sobremaneira apreciado pelos visitantes (Fernandes, 2018). Além disso, contribui para a própria conservação das rochas de arte rupestre, e seu entorno, ao manter a pressão resultante desta atividade a níveis aceitáveis, numa altura em que se perspectiva, de um modo geral, um aumento da procura turística por locais contendo valores patrimoniais significativos (ver, por exemplo, Jacinto, 2023). No caso do Côa, considera-se que o aumento de tal demanda, tendo ainda em conta a possível ocorrência de indesejáveis episódios de vandalismo, e podendo perspectivar-se a abertura de novos sítios de arte rupestre à visita pública, deve ser cuidadosamente gerido, de modo a que se possa manter a integridade e autenticidade, características essenciais do estatuto dos bens inscritos na Lista do Património Mundial (Jokilehto, 2006).

5. Conclusão

Anteriormente, foi considerado como objetivo ótimo para a conservação futura da Arte do Côa esta poder continuar a existir por tantos anos como aqueles que hoje detém (Fernandes, 2006). Como já supra notado, todo o vasto trabalho de documentação da Arte do Côa realizado nos últimos 30 anos garante que a arte propriamente dita (ou seja, os motivos artísticos) já documentada se irá perpetuar, pelo menos até ao momento, esperançosamente longínquo, em que os arquivos que guardam os suportes analógicos e digitais em que tal documentação foi feita, deixem de existir. Caso diferente constitui obviamente a sobrevivência material dos motivos de arte rupestre nos seus suportes rochosos, sujeitos que estão ao intemperismo e erosão. Embora o autor considere que “a taxa de preservação até aos nossos dias da arte (do Côa) desse mesmo período (fase antiga do Paleolítico Superior) é razoável se não mesmo muito razoável” (Fernandes, 2017, 992), é certo que existem exemplos de perda de porções de motivos gravados, de vários períodos da Arte do Côa, como aliás não podia deixar de ser tendo em conta um universo total de mais de um milhar de afloramentos gravados de várias épocas identificado até ao momento

Considerando este contexto, é de saudar o ambicioso programa recentemente traçado para o curto e médio prazo da investigação no Côa, também no que diz respeito à preservação da arte rupestre (Almeida & *alii*, 2023). No entanto, julga-se pouco tal planeamento no que diz respeito à conservação propriamente dita nos suportes físicos da Arte do Côa tendo em conta os seus problemas estruturais de coesão e estabilidade, já bastante caracterizados (por exemplo, Fernandes 2014). Se bem que seja proposto programar “O estudo detalhado dos suportes rochosos das gravuras e dos seus processos degenerativos, físico-químicos e mecânicos” (ibidem, 281), e que um dos resultados antecipados seja o “Desenvolvimento e teste de estratégias de conservação, metodologias de intervenção preventiva” (ibidem, 282), nada mais é dito acerca do planeamento de intervenções que possam mitigar o avanço das dinâmicas de degradação que afetam as rochas gravadas, na linha das ações de consolidação e estabilização que foram já testadas no Côa, como reanalisadas neste Capítulo.

Por outro lado, grande ênfase é dada a ações de monitorização, nomeadamente “contínua das gravuras” (ibidem, 281), prevendo-se mesmo a “Instrumentação do

território com uma rede autónoma de sensores para monitorização de parâmetros físicos” (ibidem, 282). Embora a monitorização da evolução do estado dos afloramentos de arte rupestre seja importante, e potencialmente geradora de dados científicas de carácter inédito, também se pode afirmar que com ou sem monitorização perdas físicas nos e dos suportes da Arte do Côa vão ocorrer, motivados pelas inclementes dinâmicas de intemperismo e erosão em curso. Sendo que as aqui comentadas intervenções de consolidação e estabilização terão como objetivo diminuir o ritmo das ditas dinâmicas, será então avisado mudar tal foco de modo a investir mais na realização dessas intervenções, nomeadamente naquelas de carácter urgente como hierarquizadas em Fernandes (2014), do que na monitorização, sem, contudo, deixar de prever a realização de ações em ambas as dimensões.

Julgamos que se foi justamente argumentado que a Arte do Côa (só) faz pleno sentido no local onde se situa exatamente (ver, entre outros, Jorge, 1995; Zilhão, 1998) – apesar de ter sido notado que é impossível atualmente saber exatamente como na época da produção da arte se configuraria o seu entorno, nomeadamente que outras rochas entretanto desaparecidas com gravuras aí existiriam... (Almeida & *alii*, 2023, 276) –, então fará sentido intervir fisicamente nos afloramentos de arte rupestre hoje ainda existentes, de modo a conferir-lhes uma esperança de vida mais alargada. A este respeito, refira-se o que nota a Carta de Burra, documento emanado pela Comissão do ICOMOS australiana, considerado internacionalmente como um marco na definição de padrões para a gestão e conservação dos sítios culturais (Hanna, 2015):

“Contents, fixtures and objects which contribute to the *cultural significance* of a *place* should be retained at that place. Their removal is unacceptable unless it is: the sole means of ensuring their security and *preservation* (...)” (Australia ICOMOS, 2013, 5, itálico no original)

Assim, concluindo, em escrito recente, o autor do presente capítulo listou as três grandes opções que se colocam na conservação da arte rupestre ao ar livre: intervenção zero, conservação *in situ* e conservação *ex situ* (Fernandes, 2023). Se bem que se poderá complementar qualquer uma destas opções com a realização de réplicas, analógicas e/ou digitais, dos painéis gravados, considera-se que se o objetivo é assegurar a continuada existência material dos motivos de arte rupestre do Côa, no local preciso onde foram inscritos na (sua) paisagem, torna-se inescapável intervir fisicamente nas rochas que os albergam. Mesmo baseando-se em pareceres técnicos inequívocos, a decisão de assim proceder constituir-se-á como uma opção “política”, ou “executiva”, que deverá levar em linha de conta o que aqui foi explanado assumindo, conscientemente, a natureza disruptiva de intervenções diretas no objeto de arte. No entanto, nesta equação, deve ser também considerado que é possível harmonizar tons e texturas originais das rochas nas ações e materiais a implementar e que o avanço do processo de “renaturalização”, como supra observado, irá progressivamente disfarçando as intervenções realizadas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Miguel; AIRES, Sílvia; RAMOS, Nuno; FERREIRA, André; SANTOS, André T.; AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís; SILVESTRE, Marcelo (2023) – Aos ombros do último artista do Côa: Um olhar prospectivo sobre a investigação arqueológica nos vales do Côa, Águeda e Ribeira de Aguiar. In CORREIA, Dalila; SANTOS, André, coords. – *Por este rio acima. A arte pré e proto-histórica do Vale do Côa. Estudos em homenagem a António Fernando Barbosa*. Vila Nova de Foz Côa: Côa Parque, Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, pp. 267-313.
- ANDRADE, Sérgio C.; BELANCIANO, Vítor (2017) Fundação Côa Parque faz queixa no Ministério Público, Governo lamenta “atentado ao património”. *Público*. 28 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/04/28/culturaipilon/noticia/acto-de-vandalismo-no-vale-do-coa-abre-discussao-sobre-falta-de-vigilancia-1770374>>
- AUBRY, Thierry; SANTOS, André T.; LUÍS, Luís; BARBOSA, António F.; SILVESTRE, Marcelo (2020a) – Fluvial dynamics and palaeolithic settlement: new data from the Côa Valley (Portugal). *Comptes Rendus Palevol*, 19 (7), pp. 117-135.
- AUBRY, Thierry; BARBOSA, António F.; LUÍS, Luís; SANTOS, André T.; SILVESTRE, Marcelo (2020b) – Fariseu, 20 anos depois: Novidades da arte paleolítica do Côa. *Almadan*. II Série. 23 (2), pp. 15-27.
- AUSTRALIA ICOMOS (2013) – *The Australia ICOMOS Charter for the Conservation of Places of Cultural Significance (the Burra Charter): Guidelines to the Burra Charter: Cultural Significance and Conservation Policy*. Burwood, Austrália: ICOMOS Austrália. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>> [Consultado a 10 de julho de 2023].
- BAPTISTA, António M. (1999) – *No tempo sem tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa; Centro Nacional de Arte Rupestre.
- BAPTISTA, António M. (2009) – *O paradigma perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de ar livre em Portugal*. Vila Nova de Foz Côa: Edições Afrontamento/Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BLAND, Will; ROLLS, David (1998) – *Weathering: An Introduction to the Scientific Principles*. London: Arnold.
- CORREIA, Dalila; SANTOS, André, coords. (2023) – *Por este rio acima. A arte pré e proto-histórica do Vale do Côa. Estudos em homenagem a António Fernando Barbosa*. Vila Nova de Foz Côa: Côa Parque, Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa.
- DARVILL, Timothy; FERNANDES, António P. B., eds. 2014 – *Open-air rock-art conservation and management: State of the art and future perspectives*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- FERNANDES, António P. B. (2003) – O sistema de visita e a preservação da arte rupestre em dois sítios de ar livre do Nordeste português: o Vale do Côa e Mazouco. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (2), pp. 5-47.
- FERNANDES, António P. B. (2004) – O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Filosofia, objectivos e acções concretas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (1), pp. 5-37.
- FERNANDES, António P. B. (2006) – Understanding an Unique Conservation Work Environment: The Case of the Côa Valley Rock Art Outcrops. In RODRIGUES, José D.; MIMOSO, João Manuel, eds. – *Theory and Practice in Conservation: A Tribute to Cesare Brandi (Proceedings of the International Seminar)*. Lisboa: LNEC, pp. 323-332.
- FERNANDES, António P. B., ed. (2008a) – *A arte da conservação: Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre*. Porto: ACDR Freixo de Numão.
- FERNANDES, António P. B. (2008b) – Aesthetics, ethics, and rock art conservation: How far can we go? The case of recent conservation tests carried out in un-engraved outcrops in the Côa Valley, Portugal. In HEYD, Thomas; CLEGG, John, eds. – *Aesthetics and Rock Art III Symposium. Proceedings of the XV UISPP World Congress (Lisbonne, 4-9 Septiembre 2006)* Vol. 10, Session C73. Oxford: Archaeopress, pp. 85-92.
- FERNANDES, António P. B. (2014) – *Natural Processes in the Degradation of Open-Air Rock-Art Sites. An urgency intervention scale to inform conservation. The case of the Côa Valley world heritage site, Portugal*. Oxford: Archaeopress.
- FERNANDES, António P. B. (2015) – A conservação da arte rupestre do Vale do Côa: ponto da situação em meados da segunda década do século XXI. In BURÓN ÁLVAREZ, Milagros; VAL RECIO, Jesús, eds. – *Jornadas técnicas. La conservación del Arte rupestre: Sostenibilidad e integración en el paisaje*. Salamanca: Junta de Castilla y León, pp. 101-107.
- FERNANDES, António B. (2017) – Isto não é um afloramento! É uma rocha de arte rupestre... Factores potenciais de escolha de superfícies de arte rupestre na fase antiga Paleolítica da Arte do Côa. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão. Atas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 991-1001.
- FERNANDES, António B. (2018) – “But will there be visitors?” Public outreach efforts using social media and online presence at the Côa Valley Museum and Archaeological Park (Portugal), *Internet Archaeology*, 47. DOI: 10.11141/ia.47-5
- FERNANDES, António B. (2022) – As ensecadeiras encharcadas do Vale do Côa. In *Do Indecifrável* [blogue]. Disponível em: <<https://batarda.wordpress.com/2022/12/28/a-ensecadeira-encharcada-do-vale-do-coa/>> [Consultado a 10 de julho de 2023].
- FERNANDES, António B. (2023) – Ethical and political matters in open-air rock art conservation practice. In FERNANDES, António B., MARSHALL, Melissa; DOMINGO, Inès, eds. – *Global Perspectives for the Conservation and Management of Open-Air Rock Art Sites*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 23-37. DOI: 10.4324/9780429355349-3
- FERNANDES, António B.; MARSHALL, Melissa; DOMINGO, Inès, eds. (2023) – *Global Perspectives for the Conservation and Management of Open-Air Rock Art Sites*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- FERNANDES, António B.; PEREIRA, Pedro D.; AUBRY, Thierry; SANTOS, André T. (2021) – “Qual é o teu legado?” A renovação digital do Museu do Côa como instrumento de aproximação às suas comunidades. In memoriam Bruno José Navarro Marçal. In HOMEEM, Paula M., ed. – *Museus e Formação: Novas Competências para a Transformação Digital*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 58-82.
- FERNANDES, António P. B.; RICO, Trinidad; HUANG, Jennifer K. K. (2006) – Métodos de mapeamento das dinâmicas erosivas em acção nos painéis do Vale do Côa. *Côavisão*, 8, pp. 50-59.
- FERNANDES, António B.; REIS, Mário; ESCUDERO REMIREZ, Cristina; VÁSQUEZ MARCOS, Carlos (2017) – Integration of natural stone features and conservation of the Upper Palaeolithic Côa Valley and Siega Verde open-air rock-art. *Time & Mind*, 10 (3), pp. 293-319. DOI: 10.1080/1751696X.2017.1341246

FERNANDES, António P. B.; RODRIGUES, José D. (2008) – Stone consolidation experiments in rock art outcrops at the Cõa Valley Archaeological Park, Portugal. In RODRIGUES, José; MIMOSO, João Manuel, eds. – *Stone consolidation in cultural heritage: Research and practice (Proceedings of the International Symposium)*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil. pp. 111-120.

GRUPO DE TRABALHO PARA A IDENTIFICAÇÃO, ESTUDO E PLANEAMENTO DA REMOÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS OBSOLETAS (GTIEPRIHO) (2017) – *Grupo de Trabalho para a Identificação, Estudo e Planeamento da Remoção de Infraestruturas Hidráulicas Obsoletas – Relatório Final*. Disponível em: <https://conselhonacionaldagua.weebly.com/uploads/1/3/8/6/13869103/gt_remo%C3%A7%C3%A3o_de_infraestruturas_obsoletas_2017.07.07.pdf> [Consultado a 10 de julho de 2023].

HANNA, Bronwyn (2015) – Foundations of an oral history project: The writing of the ‘Burra Charter’. *Historic Environment*. 27 (2), pp. 84–95.

JACINTO, Ana (2023) – Turismo e cultura. Se nos juntamos... avançamos. *Diário de Notícias*. 14 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.dn.pt/opiniao/turismo-e-cultura-se-nos-juntamos-avancamos-16523588.html>> [Consultado a 10 de julho de 2023].

JOKILEHTO, Jukka (2006) – Considerations on authenticity and integrity in world heritage context. *City & Time*. 2 (1), pp. 7-12. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>

JORGE, Vítor O. (1995) – Rio Cõa: um espaço natural monumentalizado. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35 (4), pp. 705-708.

LUÍS, Luís (2018) – As gravuras ainda não aprenderam a nadar: Impacto das cheias na arte rupestre do Vale do Cõa entre 1996 e 2016. *Almadan*, II série. 22 (1), pp. 10-28.

NAVARRO, Bruno J. (2020) – Especial 25 anos de Cõa (III). Os desafios do projecto cultural do Vale do Cõa. *UNIARQ Digital*, 45. Disponível em: <<https://www.uniarq.net/uniarqdigital45.html#NAVARRO>>

PINNA, Daniela (2022) – Can we do without biocides to cope with biofilms and lichens on stone heritage? *International Biodeterioration & Biodegradation*, 172, DOI: 10.1016/j.ibiod.2022.105437.

POZO-ANTONIO, José S.; BARREIRO, Pablo; PAZ-BERMÚDEZ, Graciela; GONZÁLEZ, Pío; FERNANDES, António B. (2021) – Effectiveness and durability of chemical- and laser-based cleanings of lichen mosaics on schists at archaeological sites. *International Biodeterioration & Biodegradation*, 163, 105276, DOI: 10.1016/j.ibiod.2021.105276

QUEIRÓS, Luís M. (2016) – Penhora obriga Museu do Cõa a fechar loja. *Público*. 15 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2016/03/15/culturaipilon/noticia/penhora-obriga-museu-do-coa-a-fechar-loja-1726261>>.

REIS, Mário (2014) – ‘Mil rochas e tal...!': Inventário dos sítios da arte rupestre do vale do Cõa (Conclusão)”. *Portvgalia*, 35, pp. 17-59.

SANTOS, André (2019) – *A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: Uma visão de conjunto*. Tese de Doutoramento: Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/109327>

ZILHÃO, João, ed. (1997) – *Arte rupestre e pré-história do Vale do Cõa. Trabalhos de 1995-1996. Relatório Científico ao Governo da República Portuguesa Elaborado nos Termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 4/96, de 17 de Janeiro*. Lisboa: Ministério da Cultura.

ZILHÃO, João (1998) – The rock art of the Cõa Valley, Portugal: Significance, conservation and management. *Conservation and Management of Archaeological Sites*, 2 (4), pp. 193-206.

